

A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL: O TRATAMENTO DA VARIEDADE BRASILEIRA NA *GRAMMATICA PORTUGUEZA* (CURSO SUPERIOR) DE JOÃO RIBEIRO

Marta Batista Ordonez ANTEZANA¹

RESUMO: O presente artigo tem como escopo analisar, na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, as concepções linguísticas do gramático João Ribeiro acerca da variedade brasileira do português. Por meio de duas edições da *Grammatica Portuquesa* (curso superior), a 3ª edição de 1889 e a 21ª edição de 1930, pretendemos estudar duas correntes em que estas concepções aparecem: a *corrente naturalista* na qual constatamos o discurso evolucionista, determinista e positivista sobre o português do Brasil, considerado um dialeto “degenerado” em relação à língua portuguesa de Portugal, e a *corrente culturalista* em que o gramático revela-se inovador ao constatar que a variedade brasileira é língua portuguesa também, enriquecida com novas “vozes”, a indígena, a africana, entre outras que colaboraram para a formação desta língua. No entanto, nossa tese é de que Ribeiro se apresenta como um gramático conservador, embora tenha introduzido, na edição de 1930 da sua gramática, características próprias do português do Brasil e tenha se revelado um autor inovador em outras obras de natureza não gramatical.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática. Língua Portuguesa. Dialeto. História das Ideias Linguísticas.

THE GRAMMATIZATION OF THE PORTUGUESE LANGUAGE OF BRAZIL: THE TREATMENT OF THE BRAZILIAN VARIETY IN *GRAMMATICA PORTUGUEZA* (UPPER COURSE) BY JOÃO RIBEIRO

ABSTRACT: The aim of this article is to analyse, within the field of History of Linguistic Ideas, the linguistic conceptions from the grammarian João Ribeiro concerning the brazilian variety of the portuguese language. By means of the two editions of *Grammatica Portuquesa* (curso superior), the 3rd edition from 1889 and the 21st edition from 1930, we intend to study two currents when these conceptions develop: the *naturalist current*, when we can verify the evolutionist, determinist and positivist discourse concerning the brazilian portuguese language, which had been considered a “degenerate” dialect in relation to the portuguese from Portugal, and the *cultural current*, in which the grammarian reveals himself as being innovative by verifying that the brazilian variety is the portuguese language too, enriched with new “voices” – the indigenous, the african, among others which have contributed to the formation of this language. However, our point is that Ribeiro presents himself actually as a conservative grammarian, although he introduced, in his grammar of the 1930 edition, idiosyncratic features of the brazilian portuguese language and revealed as an innovative author in other pieces of work of non-grammatical nature.

KEYWORDS: grammar, portuguese language, dialect, History of Linguistic Ideas.

¹ Doutora em Letras (Língua Portuguesa) / Universidade de São Paulo. Docente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo / Câmpus São Paulo. Endereço eletrônico: < marta.ord9@yahoo.com.br >.

Introdução

João Ribeiro (1860-1934) dedicou-se a vários campos do conhecimento, tendo sido gramático, filólogo, professor de Língua Portuguesa e de História do Colégio Pedro II, crítico literário, tradutor, escritor, pintor e membro da Academia Brasileira de Letras. Ele assistiu às transformações histórico-sociais e epistemológicas ocorridas no mundo e no Brasil que reverberaram na sua produção gramatical. Por isso, segundo afirma Auroux (2009:14), é importante resgatar a memória de uma época para a compreensão dos saberes linguísticos, resultantes da interação das tradições e do contexto.

Como o escopo deste artigo é a análise das ideias linguísticas presentes na *Grammatica Portuguesa* (curso superior), especificamente a 3ª edição (1889) e a 21ª edição (1930), de João Ribeiro, em primeiro lugar iremos tratar do ambiente histórico/cultural e científico em que o gramático se insere; em segundo lugar, da recepção dos estudos linguísticos europeus no Brasil da época e, por último, as concepções linguísticas de Ribeiro.

É importante ressaltar que a obra gramatical de Ribeiro faz parte do início da gramatização brasileira, a partir do final do século XIX, ao lado de outras produções como as de Júlio Ribeiro (1881), Pacheco Silva (1879), Lameira de Andrade (1887), Maximino Maciel (1887), Macedo Soares (1884), por exemplo, com o objetivo de normatizar a língua portuguesa, buscando diferenciar-se da norma-padrão lusitana, valorizando a identidade linguística brasileira.

Esse dilema norma portuguesa x variedade brasileira incidiu nas duas *correntes* que constituem nosso *corpus*, presentes nas duas edições da gramática de João Ribeiro, a 3ª edição (1889) e a 21ª edição (1930): a primeira corrente é *naturalista*, pois o leva a concluir que o português do Brasil é uma degeneração orgânica da língua portuguesa de Portugal; a segunda, *culturalista*, o faz perceber que existe, de fato, uma língua portuguesa enriquecida no Brasil, como consequência do contato entre os povos.

Ao compararmos as duas correntes, observamos que, na verdade, o gramático continuou preso ao discurso determinista, ou seja, o meio ambiente, a história e a origem racial do povo foram fatores que levaram a variedade brasileira do português a se diferenciar da lusitana.

Partimos, portanto, da tese de que ele não mudou de uma corrente para a outra, ainda que ele apresente ideias inovadoras do culturalismo, conforme veremos na análise comparativa.

1. Contextualização histórica e científica na transição do século XIX para o XX

Entre os séculos XIX e XX, os países europeus buscaram desenvolver-se internamente, investindo em indústria e tecnologia, em educação e cultura, com o objetivo de conquistarem seus espaços no mercado capitalista internacional. O Brasil também desejava inserir-se neste mercado, entretanto necessitava de amplas reformas internas, já que o país encontrava-se atrasado em vários setores sociais, como consequência da herança colonial escravocrata, por isso considerava a Europa como modelo de desenvolvimento a ser seguido.

O capitalismo europeu desencadeou um otimismo nacionalista o qual passou por duas fases: no começo do século XIX, o nacionalismo identificava-se com o sentimento patriótico; depois, passou a significar, para cada país, a proteção do mercado capitalista. Esse ambiente de concorrência gerou sentimentos xenofóbicos e preconceitos linguísticos, dividindo-se as nações em “superiores” ou “inferiores”, influenciadas pelas ciências como o Evolucionismo, o Positivismo e o Determinismo.

Conforme explica Hobsbawm (1988, p. 239), os Estados europeus pretendiam formar povos homogêneos administrativa, política, linguística e culturalmente para alcançarem o desenvolvimento. Entretanto, com o tempo, a crença no progresso foi se desfazendo, à medida que a sociedade mundial percebeu que nem todos se beneficiaram do que fora conquistado até aquele momento, já que as camadas populares ainda estavam à margem de todo o desenvolvimento capitalista, o que gerou pessimismo.

Estes fatos históricos se associam ao ambiente científico na transição do século XIX para o XX. Charles Darwin (1809-1892) com a obra *The origin of species* (1859) defendeu a “lei da sobrevivência do mais apto”, uma vez que, no decorrer da história dos seres vivos, sobreviveram os mais fortes por meio da mutação-seleção, sendo que os mais fracos pereciam.

August Comte (1798-1857) acreditava que a humanidade passa por estágios evolutivos até alcançar o patamar desenvolvido. No seu livro *Sínteses Subjetiva o Moral Teórica*, Comte (1943[1856]),

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, pp. 114-130. Marta Bartista Ordonez ANTEZANA.

p. 170) defende a unidade prática, intelectual e moral de um povo que deve se subordinar, de forma altruísta, à coletividade.

Hipolyte Taine (1828-1893), na sua obra *Filosofia da Arte* (1946[1865], pp. 241-289), aborda que o destino do homem está determinado pela raça, pelo meio ambiente e pelo momento histórico, sendo as ações e reações do homem consequências destes fatores, mas Taine não leva em conta as questões psicológicas.

A Linguística histórico-comparativa do século XIX sofreu a influência das ciências anteriormente apresentadas, já que a atitude do linguista, nesse sentido, foi biológica porque pretendeu dissecar os “órgãos” da linguagem, os vocábulos, para verificar seu desenvolvimento, suas “mutações”; foi positivista, porque observou a linguagem humana como passível de ser homogeneizada; foi determinista, visto que a linguagem era o resultado da origem racial de um povo, do meio ambiente e do momento histórico.

E. F. Schlegel (1772-1829), F. Bopp (1791-1867), J. Grimm (1785-1863), A. Schleicher (1821-1868) eram adeptos do conceito de língua como “organismo vivo”, produto do organismo humano e, portanto, das raças, passível de ser classificada e comparada a outras línguas de acordo com a sua “evolução”, daí a linguística ser considerada uma ciência da natureza no século XIX, assim como a Biologia.

Por outro lado, no início do século XX, as ciências do século anterior começaram a ser questionadas por Karl Vossler (1923), Wilhelm Wundt (1902), Otto Jespersen (1920), W. D. Whitney (1875), Hugo Schuchardt (1922) e Franz Boas (1928), por exemplo, apresentando explicações sociais das mudanças da linguagem e dos povos.

Vossler (1872-1949), influenciado por Benedetto Croce (1866-1952), defende, na sua *Filosofia del lenguaje* (1943[1923], pp. 123-130) que a linguagem é criada pelo espírito subjetivo do ser humano e recriada no espírito de quem dialoga com esse ser. Dessa forma, ela não é racional, nem lógica, como defende o positivismo.

Wundt (1832-1920), nos *Elementos de Psicología de los Pueblos* (1926, pp. 48-50), considera que a linguagem e o homem mudam de acordo com a alma coletiva ou a influência espiritual recíproca entre os indivíduos. Jespersen (1860-1943) também criticou (1947[1920], 28-34), na obra *Humanidad, nación, individuo*, a tese da linguagem vista como “organismo vivo”. Para ele, a linguagem é uma atividade individual, condicionada socialmente.

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, pp. 114-130. Marta Bartista Ordonez ANTEZANA.

W. .D. Whitney (1827-1894), na obra *A vida da linguagem* (2010[1875]. pp. 118-146), afirma que as línguas não se degeneram, mas sim misturam-se, independentemente das raças, expandem-se e aperfeiçoam-se para melhor expressar o pensamento, logo a linguagem é fato social. Schuchardt (1842-1927), na obra *Brevier* (1922, pp. 283-298), também afirma que as línguas se misturam naturalmente, assim como os povos, e as mudanças linguísticas ocorrem de forma gradual.

Boas (1858-1942), na obra *Antropologia Cultural* (2008[1928], pp. 67-86), rejeitou a visão etnocêntrica dos antropólogos anteriores a ele, os quais diziam que mistura racial resultaria em povos atrasados. Para ele, as características de uma nação dependem das condições sociais dadas a ela e não das condições biológicas.

2. A recepção dos estudos linguísticos europeus no Brasil da época

Pretendemos, neste item, analisar o discurso dos intelectuais brasileiros sobre a variedade do português do Brasil à luz da linguística do século XIX e das primeiras décadas do XX, porque foi este ambiente que incidiu nas ideias linguísticas de João Ribeiro.

Edith P. Pinto (1979, pp. 12-30) afirma que dois períodos caracterizaram o ambiente linguístico nacional: o primeiro período (1820-1920) mostra a instabilidade dos intelectuais em denominarem a variedade linguística do português do Brasil, pois ainda não havia a clareza das características nacionais, prevalecendo a tese do *dialeto*; no segundo período (1920-1945), com os estudos dialetológicos, a geografia linguística, a psicologia e a sociologia, constatou-se o fato de que o português do Brasil era *língua portuguesa*.

Sobre o primeiro período (1820-1920), puristas como Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, o próprio João Ribeiro, Carlos de Laet, Mário Barreto, Virgílio de Lemos, entre outros, consideravam que, no Brasil, havia um dialeto brasileiro, uma “degeneração” linguística que não poderia fazer parte do texto literário. Inclusive havia a tese de que o povo era responsável pelo atraso do país e pela desagregação linguística do idioma português, transformando-o num dialeto nacional.

Sélvio Romero, por exemplo, para resolver estas questões, era adepto do branqueamento dos mestiços via imigração europeia, somado ao investimento em educação, impondo-se uma

normatização ideal da língua portuguesa no Brasil. Em Portugal, Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, José Joaquim Nunes, Gonçalves Viana, também eram adeptos da teoria do dialeto brasileiro. Outros escritores, entretanto, como José de Alencar, Franklin Távora e Visconde de Taunay defendiam que a fala popular brasileira era natural e deveria ser registrada na literatura nacional.

Quanto ao segundo período (1920-1945), ainda não havia um consenso em como designar a língua do Brasil, até que em 1935, segundo Pinto (id., p. 35) houve um projeto de n. 136, apresentado à Câmara dos Deputados, para que a língua falada no Brasil se denominasse *língua brasileira*. Como o Congresso foi dissolvido em 1937, o mesmo projeto foi reapresentado em 1946, mas derrotado. O que passou a valer na emenda n.1378, para assegurar a unificação linguística, foi a denominação *língua portuguesa*.

Em síntese, a posição naturalista dos intelectuais em considerarem a miscigenação e a dialetação como parte dos males da sociedade brasileira foi substituída, gradualmente, no começo do século XX, por uma postura culturalista de aceitação da diversidade do povo brasileiro e da sua linguagem.

3. As correntes naturalista e culturalista na *Grammatica Portugueza* (curso superior) de João Ribeiro

3.1 A corrente naturalista: o discurso evolucionista

O *naturalismo* é o critério ultra-objetivo que considera as ações humanas como determinadas pela biologia, pelo meio ambiente e pelas circunstâncias históricas. Veremos, nos trechos seguintes da 3ª edição (1889), que Ribeiro considera a variedade brasileira do português como um problema a ser resolvido, visto que, segundo sua concepção, esta variedade degenerou-se por conta da mistura racial, do clima e da história colonial.

Definindo (1889, p. 306) dialeto como “língua portuguesa falada no Brasil” na sua gramática, Ribeiro apresenta as causas da formação dessa variedade linguística, partindo do determinismo científico:

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, pp. 114-130. Marta Bartista Ordonez ANTEZANA.

A dialectação que sofreu a língua portuguesa no Brasil foi devida a um grande número de factores elementares. As novas necessidades da vida colonial, as condições climáticas e topográficas, as relações constantes com os povos originários índios e com os africanos, que desde cedo foram introduzidos no país, deram em resultado uma alteração muito notável na língua. (GRM, p. 310).

Conforme vimos no item 1, a ciência determinista de Hipolyte Taine considerava que, para se alcançar o conhecimento de um fenómeno, era necessário compreender que as ações humanas estão condicionadas ao meio ambiente, à origem genética e ao momento histórico.

No livro *História do Brasil* (1953:[1900]), Ribeiro analisa que o país, por ser um território colossal, dificultou a comunicação entre as regiões, colaborando para a formação do dialeto e desagregando a língua portuguesa. Esta língua, que aqui chegou no século XVI, com os lusitanos, foi transformando-se em virtude da influência dos tupinismos e dos africanismos, fazendo surgir uma variedade diferenciada da de Portugal.

As necessidades da vida colonial a que o gramático se refere no trecho é o momento histórico no qual os portugueses, a partir de 1500, vieram ao Brasil para estabelecer uma estrutura econômica escravocrata para a exploração de fontes de riqueza. No início, os índios foram escravizados, porém o tráfico negreiro mostrou-se mais lucrativo para os lusitanos. Esta estrutura econômica levou os portugueses, os índios e os negros a conviverem, formando um povo miscigenado o qual transformou, com o passar dos séculos, a língua portuguesa, dando a esta uma nova feição, a de um “dialeto mestiço”. (RIBEIRO, 1953[1900], p. 310)

Ele também sugere aos leitores da gramática a pesquisa ao *Dicionário Grammatical* (RIBEIRO, 1889) para o entendimento das “aptidões novas” que formaram o dialeto mestiço. Tais aptidões referem-se aos brasileirismos, aos africanismos e aos indianismos; no verbete *brasileirismos*, o gramático (RIBEIRO, 1889, p. 77) observa que os vocábulos *tumar*, *canúa*, *qui*, *pésar*, *botar* são divergências que possuem valor de dialeto.

No verbete *negro (elemento)*, ele se refere à influência das línguas africanas introduzidas no Brasil. Ele (RIBEIRO, 1889, p. 321) exemplifica este fato observando, nas línguas do bantu, que existe a concordância por aliteração como no exemplo *z'ere z'mandou z'dizê* (ele mandou dizer), forma degenerada, segundo sua concepção. Sobre o verbete *tupi-guarani*, o gramático considera (id., p. 442) que existem “deformações das palavras portuguesas ou hespanholas que foram adoptadas pelos índios.” Por exemplo, a palavra *cabará* (*cabra* em português) é pronunciada desta maneira pelos índios porque não existem os sons *br*, *tl*, *cl*, etc. no tupi-guarani. Para Ribeiro,

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, pp. 114-130. Marta Bartista Ordonez ANTEZANA.

portanto, não houve um enriquecimento da língua portuguesa, pois, se afirmasse isso, consideraria que o português do Brasil sempre foi uma língua.

No trecho seguinte, Ribeiro apresenta soluções para o desaparecimento do dialeto:

Das causas que favoreceram a dialectação do português na America, duas tendem a aniquilar-se, e são o elemento tupi e o africano, que vão desaparecendo pela extinção da immigração negra e pelo caldeamento das raças. A estas tendencias de dissolução se deve juntar a reacção culta e litteraria que procura approximar a linguagem das fontes vernaculas e classicas. Em compensação, a immigração de outros povos estrangeiros torna-se cada vez mais intensa, sobretudo nas provincias do sul, onde já são familiares muitos vocabulos do italiano e do allemão. A mais facil previsão autorisa crêr, que dentro de um seculo, o sul do Brazil destruirá a unidade ethnica da patria brasileira, se outras circunstancias não se oppozerem á evolução que já vai notando desde agora. (GRM, p. 310).

Ribeiro expõe sua intenção, e a de vários intelectuais brasileiros do final do século XIX, não só de arianizar o povo brasileiro por meio do branqueamento étnico, mas também transformá-lo num povo culto e desenvolvido, uma vez que eles consideravam que a origem do atraso socioeconômico do Brasil estava na mestiçagem dos brasileiros e no seu analfabetismo.

Devido a esses motivos, Ribeiro e sua geração guiaram-se pela filosofia positivista para encontrar soluções que fizessem o Brasil progredir. Segundo o positivismo de A. Comte, quando há um “conflito mecânico” numa sociedade, determina-se uma seleção natural pela eliminação do “organismo” mais “imperfeito”, sobrevivendo o mais “perfeito”; desta forma, faz-se um ajuste para se alcançar o progresso (COMTE, 1967, p. 430).

Assim, João Ribeiro considera que a raça branca, representada pelos italianos e alemães, que estavam imigrando para o Brasil entre o final do século XIX e o começo do XX, dissolveria a etnia mestiça brasileira, considerada imperfeita. Além disso, o gramático defende que, por meio da educação ou da cultura erudita, poder-se-ia polir a linguagem do povo, aproximando-a da norma portuguesa, a língua portuguesa de Portugal, considerada por ele como a variedade ideal e correta. Desta forma, o dialeto deixaria de existir.

Em geral, vemos que João Ribeiro e outros intelectuais, como Sílvio Romero, pretendiam *construir* uma nação unificada, já que havia uma heterogeneidade racial e linguística, vista como uma das causas do atraso brasileiro.

3.2. A corrente culturalista: o discurso social

O *culturalismo* refere-se ao critério de inclusão dos fatores sociais para a compreensão dos fenômenos linguísticos, fugindo ao determinismo fatal do meio, da raça e do momento histórico. No entanto, veremos, na 21ª edição (1930) da *Grammatica Portuguesa* (curso superior) até que ponto Ribeiro tem uma postura renovadora em relação à variedade brasileira do português, já que ele passou a considerá-la uma língua portuguesa, tendo em vista os estudos dialetológicos, os quais apontaram que não havia um dialeto nacional, mas, sim, dialetos regionais que não afetaram a estrutura da língua portuguesa, língua esta dominante em todo o país.

Além disso, os estudos de filologia românica mostraram que o português falado no Brasil apresentava os mesmos fenômenos encontrados no latim vulgar. Logo, todos estes estudos levaram o gramático a concluir que existia, de fato, uma língua portuguesa no Brasil enriquecida através dos séculos; no entanto, veremos que, em determinados assuntos, ele continua conservador.

À página 17, da 21ª da gramática, em nota de rodapé, Ribeiro, de forma inovadora, faz referência aos primeiros dialetologistas brasileiros que contribuíram, com os estudos da prosódia nacional, os quais resumiremos aqui. No livro *Repasse crítico da gramática portuguesa*, Martins Aguiar (1922, p. 24) observa que a língua portuguesa sofreu alterações naturais e, pela fonética descritiva, viu-se que elas aconteceram, em todo o território brasileiro, em virtude da mestiçagem e do meio físico.

Antenor Nascentes, no livro *O linguajar carioca* (1953[1922]), explica que, no caso do português falado no Brasil, há tendências modificadoras e conservadoras, estas últimas representadas pelos arcaísmos, como consequência da imigração portuguesa, pelo combate ao analfabetismo e pelo estudo dos clássicos portugueses. Por isso, Nascentes (op.cit., pp. 16-17) não concorda com a tese de Leite de Vasconcelos que considera o português do Brasil um dialeto. Para Nascentes, é mais correto dizer que o português do Brasil é uma variação peculiar da língua portuguesa.

Ribeiro também cita Raul Pederneiras, autor da obra *Geringonça carioca*, dicionário de gírias cariocas, publicado em 1922, para mostrar a prosódia e o vocabulário próprios da linguagem informal. Outra referência para Ribeiro foi Amadeu Amaral, autor do livro *O dialeto caipira*

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, pp. 114-130. Marta Bartista Ordonez ANTEZANA.

(1981[1920]), resultante de um trabalho de pesquisa *in loco*, no interior de São Paulo, por meio do qual Amaral e sua equipe de colaboradores puderam coletar os termos ou expressões típicos da fala caipira. Segundo Amaral, em comparação com o falar português, o falar caipira é lento, plano e igual, sem a variedade de inflexões, de andamentos rápidos encontradas na pronúncia portuguesa.

Cândido Jucá Filho, no livro *O Fator Psicológico na Evolução Sintática* (1933), afirma que a fonologia brasileira ainda segue o modelo lusitano, de forma mais rica, e está mais próxima do português do século XVI do que aquela que se ouve em Portugal nos tempos atuais.

Em outra obra, *Fundamentos de Filologia Românica*, Ribeiro (1930, p. 158) afirma que não existe *dialeto brasileiro*: “O que, realmente, existe é a dialeção regional, mais ou menos caracterizada, sobretudo na área rural, no extremo norte (Amazônia), no sertão do Nordeste, na região que denomino Paulistânia (área devassada pelas bandeiras paulistas) e no extremo-sul (Pampa brasileiro).” Nesta afirmação, Ribeiro confirma, a partir das pesquisas dialetológicas e dos estudos românicos, a existência de dialetos regionais, mas não um dialeto nacional, portanto, a variedade brasileira do português é língua portuguesa.

Sobre as causas das diferenças prosódicas entre Brasil e Portugal, o gramático observa:

As diferenças prosódicas entre o falar português e o brasileiro, devem em grande parte ser referidas ao factor mesológico ao lado do ethnico.

A acção *mesológica* é, sobretudo, profunda no dominio biologico. Não se deve dar exaggerado peso á influencia do clima sobre o trabalho mental; mas é claro que a actividade cerebral e as funcções do aparelho vocal dependem immediatamente do estado physiologico dos orgãos que vivem sob a continuada acção do *meio*.(GRM, pp. 31-32).

No primeiro parágrafo, o gramático mostra que ainda continuou preso às ideias deterministas de Taine, o qual defendia que o meio ambiente, a raça e o contexto histórico são fatores que incidem nas ações humanas e na diversidade linguística. No segundo parágrafo, ao tratar da ação mesológica, Ribeiro refere-se à ciência denominada *Mesologia* que abrange o estudo do clima, da geografia, da hidrografia, da alimentação e do *modus vivendi* material dos homens.

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, pp. 114-130. Marta Bartista Ordonez ANTEZANA.

Quanto à ressalva do gramático em não se dar exagerado peso ao clima na diferenciação linguística, deve-se aos estudos linguísticos acerca da natureza social da linguagem nas primeiras décadas do século XX. Whitney (2010[1875], p. 34), por exemplo, afirma que cada indivíduo possui uma forma mental do pensamento que se expande para adaptar-se à comunicação, daí o surgimento das diferenças linguísticas as quais não têm relação com raça ou clima.

Acerca das contribuições de vários povos na formação das línguas, Ribeiro afirma:

O mesmo contacto de povos e de idéas novas, por um lado, enriquece o lexico e, por outro lado, d'elle desterra locuções e palavras antigas que caem em desuso ou são literalmente esquecidas. Em balde para revocá-las á vida esforçam-se os eruditos, os letrados e os grammaticos; quasi sempre sem exito. É da propria indole das linguas essas perdas e renovações constantes, que são como o signal da sua nutrição e vida. (GRM.p.411)

A língua portuguesa no Brasil é um exemplo disto, pois ela foi enriquecida por meio do contato entre vozes estrangeiras como os tupinismos, os africanismos, entre outros, daí o surgimento de expressões novas ou mesmo a perda delas. Sobre esta ideia do contato entre os povos, Ribeiro mostra-se inovador ao se basear em Otto Jespersen, Hugo Schuchardt, W.D. Whitney e Menéndez Pidal e F. Kluge, citados no prefácio da 21ª edição da gramática.

Jespersen (1947[1920], p. 27), na obra *Humanidad, nación, individuo*, explica que a linguagem não é um fenômeno independente nem uma espécie de organismo como Schleicher defendia. A linguagem é um esforço, por parte de um indivíduo, para ser compreendido e para entrar em contato com o outro e, portanto, é influenciado pelos “hábitos lingüísticos” de uma comunidade, podendo também, reciprocamente, influenciá-la. Trata-se de uma troca. Por isso ele considera (id:58) que “la geografia humana” é o agente decisivo nas mudanças linguísticas e não tanto a geografia física.

No caso específico da língua portuguesa, esta predominou no Brasil por motivos sociais. As “ilhas civilizatórias” (RIBEIRO, 2013, pp. 244-248) denominadas assim por Darcy Ribeiro, referindo-se às regiões brasileiras que se comunicavam com os portugueses e com a metrópole no período colonial, apesar das dificuldades geográficas, uniram índios, negros, mestiços e

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, pp. 114-130. Marta Bartista Ordonez ANTEZANA.

portugueses. Elas colaboraram para a expansão e domínio da língua portuguesa em todo o Brasil, embora haja dialetos regionais que não ferem a estrutura desta língua.

No seu *Brevier*, Schuchardt (1922, p. 104) considera as modificações das palavras como consequência de “cruzamentos”, por isso a etimologia procura resgatar os sentidos dos vocábulos. Ele afirma: “O que chamamos de etimologia não é nada mais que uma evolução da palavra; esta não é uma parte concreta de toda a evolução da palavra, mas se esvai sem limites concretos para dentro de outras evoluções de palavras”. (SCHUCHARDT, 1922, p. 105)

Podemos exemplificar esta ideia, defendida por Schuchardt, por meio da obra *A Língua Nacional* (1933), de João Ribeiro. Nessa obra, o gramático explica que a expressão da língua portuguesa “estar na pindaíba” (RIBEIRO, 1933, p. 48) origina-se do tupinismo *pinda-ib* (vara de anzol). Ele também explica (RIBEIRO, 1933, pp. 94-99) que a palavra *engambelar* é um vocábulo da língua portuguesa, mas a origem dela remonta ao vocábulo africano de Luanda *ng'imbular* que significa *adivinhar*. Entre os negros de Luanda, explica Ribeiro, há uma espécie de adivinhos que enganam as pessoas, fingindo receber espíritos, daí que *engambelar* significa *enganar* ou *fingir*.

Semelhante ao livro *Língua Nacional*, de Ribeiro, é a obra *Wortforschung und wortgeschichte* (“Pesquisa Lexicológica e História Linguística”), de Friedrich Kluge, na qual há ensaios sobre a etimologia de alguns vocábulos e expressões alemãs como *kneipe* (taverna), *philister* (filisteu), *heimweh* (saudade do lar), *bittsteller* (suplicante), etc. Para Kluge (1912), “um trabalho de linguística também é um trabalho de história cultural”, pois a história de um vocábulo individualizado resulta no estudo da cultura de um povo.

Outro exemplo de estudo etimológico encontramos em Menéndez Pidal (1918:32-34), na obra *Manual de Gramática Histórica Española*, na qual ele explica que a língua espanhola também formou-se de empréstimos ou “vozes”, resultantes do contato com as vozes cultas, semi-cultas, ibéricas, germânicas, árabes, francesas, galaico-portuguesas, americanas, etc.

Whitney (2010[1875]), na obra *A vida da linguagem*, observa que as línguas mudam para expandir e aperfeiçoar a expressão do pensamento, daí as “perdas” e “renovações” expostas por Ribeiro no trecho selecionado como, por exemplo, as da língua portuguesa, que não podem ser consideradas como degenerações, conforme analisavam os linguistas comparativistas do século XIX. Whitney (op.cit., pp. 117-118) observa que, na história das línguas, existem empréstimos

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, pp. 114-130. Marta Bartista Ordonez ANTEZANA.

linguísticos, eliminações de palavras que ocorrem em função do progresso para a simplificação da linguagem.

Na obra *O vocalismo do latim vulgar*, Schuchardt (1868, pp. 27-28) defende a tese do “conforto linguístico” dizendo que ela impera por toda a parte, nos indivíduos, nas famílias, nos clãs, nos povos em geral; e critica a ideia de Max Müller de que as alterações linguísticas dentro de uma língua, como as de ordem fonética, sejam o resultado da “negligência” dos falantes.

Apesar de Ribeiro referir-se à ideia do contato entre os povos, percebemos que ele ainda está preso à questão da “índole” da língua e que ela vive de “nutrição”, daí as mudanças linguísticas. A palavra “índole” refere-se ao “gênio” ou “caráter” de uma língua, termos usados pelos comparativistas que acreditavam na “evolução” genética das línguas que se nutrem de outras. Além disso, ele também lamenta que a ação erudita tenha perdido espaço na mudança linguística.

No trecho seguinte, Ribeiro refere-se aos estudos da filologia românica:

Por esse modo, como rapidamente descrevemos, formou-se a lingua portugueza, enriquecendo o dictionario de termos estranhos ou de criações novas, ora esquecendo, ora chamando á vida locuções e dizeres que o povo guardou intactos ou a literatura ennobreceu e poliu; no meio, porém, todas as vicissitudes e tyrannias da conquista, da moda e do ultraje do tempo, conservou até hoje a physionomia latina, á qual a fortuna da America reservará uma nova e duradoura juventude.

Effectivamente, todos os processos idiomaticos do portuguez continuam com intensa actividade no Brasil, em cuja linguagem os termos regionaes de multipla origem, as importações exóticas e os neologismos compoem um vocabulario consideravel.

Accresce que a literatura brasileira reclama a independencia de expressão e hoje pouco ou quasi nada deve ás correntes portuguezas, em materia de criação ou de vernaculidade. (GRM, p. 419).

Aqui, observamos que Ribeiro possui um olhar mais amplo sobre o português do Brasil, pois ele diz que este português enriqueceu-se com vocábulos novos e, ao mesmo tempo,

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, pp. 114-130. Marta Bartista Ordonez ANTEZANA.

conservou a fisionomia latina, o que o levou a concluir que existe uma língua portuguesa no Brasil e não um dialeto nacional. No prefácio da 21ª edição da *Grammatica Portuguesa* (curso superior), ele afirma que buscou elevar a gramática “ao nível das informações da filologia romana” e cita os principais romanistas que o embasaram para a análise do português do Brasil, tais como Friedrich Diez, Antoine Meillet, Edouard Bourciez, Wilhem Meyer-Lübke, entre outros.

Friedrich Diez, o fundador da filologia românica, defendia que o melhor caminho para buscar as origens das línguas românicas era a partir das fontes do latim vulgar para a análise das semelhanças e das diferenças entre elas. Meillet (1948[1921], pp. 319), na obra *Linguistique Historique et Linguistique Générale*, explica que as línguas neolatinas adaptaram muitos termos do latim por meio de empréstimos e a língua portuguesa do Brasil é um exemplo deste fenômeno.

No livro *Rudimentos de Filologia Românica*, Ribeiro (1930, p. 152) explica que o “idioma românico na América, na verdade, não se desligou das tendências do latim vulgar.” Para ele, é nas formas dialetais do Brasil que podemos notar tal continuidade dos fatos linguísticos. Tomando exemplos das mudanças das vogais, temos o vocábulo *alacrem* (latim clássico) o qual se transformou em *alecrem* (latim vulgar) que, por sua vez, na língua portuguesa, mudou para *alegre*.

Bourciez (1926, pp. 15-16), na obra *Précis historique de phonétique*, afirma que a língua francesa moderna também foi transformada por elementos populares advindos do latim vulgar e por empréstimos, os quais compreendem as palavras eruditas latinas e gregas, além de outras estrangeiras. Meyer-Lübke (1926, pp. 126-129), na obra *Introducción a la Lingüística Románica*, afirma que, na comparação entre o latim vulgar e a língua neolatina, a fonética-histórica é o melhor caminho para explicar as mudanças, no entanto há outras formas de fazê-lo, como a fonética experimental e a psicologia da linguagem, sendo esta última uma maneira de explicar a visão de mundo cultural que as palavras contêm.

Além da persistência das tendências românicas, Ribeiro afirma, no trecho selecionado, que existem as inovações resultantes da entrada de outros elementos linguísticos como os tupinismos, os africanismos, etc. Ele também se refere aos escritores que defenderam, desde o século XIX, a variedade brasileira do português a qual, segundo eles, deveria estar representada na literatura.

Considerações finais

O conservadorismo linguístico que prevaleceu na *Grammatica Portuguesa* (curso superior) de João Ribeiro, analisado por meio do que consideramos *correntes naturalista* e *culturalista*, revelou-nos a continuidade do dilema norma-padrão e variedade linguística presente não só na transição entre os séculos XIX e XX, mas também na história da gramatização da língua portuguesa desde o século XVI, dilema este que não se esgotou nos tempos hodiernos.

A constatação destas duas correntes se deve ao fato de que o gramático vivenciou as mudanças epistemológicas da filologia clássica, voltada para os estudos literários e, posteriormente, aos estudos do biologismo e do determinismo linguísticos, da qual Ribeiro era adepto, para a nova filologia ou a linguística, de base culturalista, a qual estuda os fatores sociais que incidem na variedade linguística. Sobre isso, Swiggers (1998, p. 8) observa que esta nova filologia passou por um “desdobramento pragmático” que incluiu novas disciplinas complementares: a filologia românica, a dialetologia, a sociolinguística, a psicolinguística e a geografia linguística que passaram a focar seus estudos na língua falada.

As ideias linguísticas de João Ribeiro mostram-nos que as mudanças epistemológicas não são cronologicamente definitivas, uma vez que, não só leva tempo para que os linguistas conheçam seus objetos de pesquisa com profundidade, aplicando suas teorias e métodos, mas também tomem contato com as obras de outros estudiosos, ampliando suas análises. Foi o que ocorreu com o gramático e outros linguistas brasileiros. Embora tivesse entrado em contato com as novas teorias sociais, ele não mudou suas convicções integralmente, já que continuou preso ao determinismo linguístico ao explicar as mudanças da língua portuguesa do Brasil.

Referências

- AGUIAR, Martins de. *Repasse crítico da gramática portuguesa*. Foraleza: Tip. Progresso, 1922.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 4. ed.. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, pp. 114-130. Marta Bartista Ordonez ANTEZANA.

BOURCIEZ, Édouard. *Précis historique de phonétique française*. 6. ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1926.

COMTE, Augusto. *Síntesis Subjetiva/Moral Teórica*. Santiago do Chile: Fundación Juan Enrique Lagarrigue, 1943.

FILHO, Candido Jucá. *O fator psicológico na evolução sintática*. Rio de Janeiro: Editores J.R. de Oliveira e C., 1933.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875-1914)*. Trad. Sieni M. Campos e Yolanda S. de Toledo. 13. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

_____. *A era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras: 1988.

JESPERSEN, Otto. *Humanidad, nación, individuo – desde el punto de vista lingüístico*. Trad. Fernando Vela. Buenos Aires: Revista de Occidente Argentina, 1947, pp. 28-34.

KLUGE, Friedrich. *Wortforschung und wortgeschichte*. Leipzig: Verlag von Quelle & Menner, 1912.

MEILLET, A. *Comment les mots changent de sens*. In: *Linguistique Historique et Linguistique Generale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948. pp. 111-113.

MEYER-LÜBKE, W. (1926). *Introducción a la lingüística románica*. Trad. Américo Castro. 3. ed. madrid: Publicaciones de la Revista de Filología Española, 1926, pp.126-129.

NASCENTES, Antenor . *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de janeiro: Organização Simões: Rio de Janeiro, 1953.

PEDERNEIRAS, Raul. *Geringonça carioca (verbetes para um dicionário da gíria)*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia – Livreros Editores, 1946.

PIDAL, Menéndez. *Manual de gramática histórica española*. 4. ed. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1918.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil – textos críticos e teóricos, v.1 (1820-1920) – Fontes para a teoria e história*. São paulo: Edusp, 1979.

_____. *O português do Brasil – textos críticos e teóricos, v. 2 (1920-1945) – Fontes para a teoria e história*: São Paulo Edusp, 1981.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*, 12. ed. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RIBEIRO, João. *Diccionario Grammatical*, 1. ed.. RJ, SP e Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1889.

_____. *Grammatica Portuguesa* (curso superior), 3. ed.. RJ, SP e Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1920.

_____. *Grammatica Portuguesa* (curso superior), 21. ed. RJ, SP e Belo Horizonte Livraria Francisco Alves, 1930.

_____. *História do Brasil – curso superior*, 14. ed. revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1953.

_____. *Rudimentos de Filologia Românica* (notas suplementares de Joaquim Ribeiro). Rio de Janeiro e São Paulo: J. Ozon+Editor, 1930.

_____. *A Língua Nacional* – notas aproveitáveis. 2. ed. São paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

SCHUCHARDT, Hugo. *Hugo Schuchardt – Brevier* – Ein Vademecum der allgemeinen Sprachwissenschaft, zusammengestellt und eingeleitet von Leo Spitzer. Leipzig: Halle / Verlag Max Niemeyer, 1922.

_____. *Der Vokalismus des Vulgärlateins*, deitler band. Leipzig: Druck und Verlag Von B. G. Teubner, 1868.

SWIGGERS, Pierre. *Filologia e Lingüística: enlace, divórcio, reconciliação*. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 2, 1998, pp. 5-18.

TAINÉ, Hippolyte. *Filosofia del arte*. Buenos Aires: Ateneo, 1946.

VOSSLER, Karl. *Filosofia del lenguaje – ensayos*. Trad. y notas de Amado Alonso y Raimundo Lida. Buenos Aires: Editorial Losada, 1943.

WHITNEY, W. D. *A vida da linguagem*, Trad. Marcio A. Cruz. Rio de Janeiro: Editora Vozes: Petrópolis, 2010.

WUNDT, W. *Bosquejo de una historia de la evolución psicológica de la humanidad*. Trad. Santos Rubiano. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1926.

Envio: Dezembro de 2018

Accito: Maio de 2019